

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O TRABALHO PEDAGÓGICO COM PESSOAS QUE TÊM DEFICIÊNCIA**

Inah de Oliveira Fernandes<sup>1</sup>

### **Resumo**

A Educação Física enquanto ação pedagógica tem sua função fundamentada na identidade da ação docente tematizando os conteúdos da cultura corporal (jogo, ginástica, dança, esporte e lutas). Assim, percebemos o quanto é importante uma boa atuação nesta disciplina principalmente no que se refere às pessoas com deficiência. Este trabalho não tem como objetivo lançar receitas de como se trabalhar nas aulas de Educação Física, mas sim, analisar através da literatura da área como se desenvolveram as alternativas de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. A intenção do presente artigo é fortalecer a discussão e fomentar o debate sobre o tema. Para alcançar tal objetivo, este artigo está estruturado nos seguintes momentos: primeiro busca-se compreender a sociedade em que a escola está inserida e a quem esta escola atende; no segundo momento apresentam-se aspectos da trajetória da educação especial e da Educação Física Adaptada, destacando-se a formação de professores; e por fim, as prováveis considerações.

### **1. SOCIEDADE – EDUCAÇÃO**

O desenvolvimento da ciência moderna trouxe a constatação de que cada ser humano é único em sua complexidade. Entretanto, essa diferença ontológica não justifica a desigualdade das situações sociais e as relações perversas que se impõem ao indivíduo a partir das condições históricas de cada sistema socioeconômico.

Talvez a característica mais marcante do sistema capitalista seja esta: a desigualdade idiossincrática que podemos notar tanto entre países, vide a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), quanto nas relações trabalhistas particulares de cada região (POCHMANN, 2000). As condições materiais de cada época do sistema capitalista trouxeram um conjunto de valores e práticas que justificam e reafirmam a violência com que sofrem os grupos sociais subjugados à lógica do capital.

Cabe-nos, porém, uma análise mais detida do modo de produção própria do capitalismo. Tal análise se faz necessária por hoje ser este o sistema que rege a nossa vida, de uma forma geral e nas suas formas específicas.

Como citado acima, atualmente vivemos à “sombra” do modo de produção capitalista, modelo este que inicia sua “caminhada” ao final da Idade Média, século XV, período este que ficou conhecido como Idade Moderna, no intervalo entre os séculos XVI ao XVIII. Sua consolidação se dá a partir do século XIX, período este que se estende até os dias atuais.

<sup>1</sup> Professora de Educação Física do Estado da Bahia. Especialista em Educação Especial (UEFS). Membro da Linha de Pesquisa e Estudos em Educação Física, Esporte e Lazer – LEPEL/UEFS

De acordo com Marx e Engels (1998), a história da humanidade é a história da luta de classes. Na sociedade Feudal esta luta se constituía de servos e senhores feudais. Porém, como o pensamento materialista dialético defende, as condições materiais começam a gerar possibilidades para a superação deste modelo.

Sendo assim, como cita Nozaki (2004, p. 21) “a reorganização da base técnica do trabalho traz para a educação a incumbência de formar novas competências do trabalhador”.

A educação não só fornece a mão de obra precisa como também é grande responsável pela internalização no trabalhador da cultura necessária a reprodução do capital. Sendo assim, como afirma Mészáros (2005), é impossível alcançar uma reformulação significativa da educação sem transformar efetivamente a estrutura social vigente onde as práticas educacionais da sociedade cumprem as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança na formação do trabalhador.

O percurso histórico da escola demonstra a sua dependência aos interesses dos sistemas dos quais faz parte. Uma breve análise da história da escola no momento de superação do feudalismo, rumo ao capitalismo nos oferece subsídios para a afirmação acima. Segundo Saviani (2005), a escola toma forma principal no ato educativo ao mesmo tempo em que as relações sociais “(...) passam a prevalecer sobre as naturais (...)” (*Ibid*, p. 8). Percebe-se que a educação ao longo da história vem acompanhando e atendendo as necessidades do insaciável capital.

Com a Educação Física não foi diferente, esta também sofreu um processo de reordenação. Junto com todo desenrolar do capitalismo nos séculos XVIII e XIX, estando totalmente envolvida com a formação de um homem ou de um trabalhador com outro perfil para atender esse novo modo de produção (SOARES, 1994).

## 2. EDUCAÇÃO FÍSICA X EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Física tem um papel importante sobre o desenvolvimento psicomotor e isso se torna ainda mais relevante quando se trata de pessoas com deficiência. As aulas de Educação Física podem oferecer oportunidades de vivências onde além do desenvolvimento psicomotor, o indivíduo utilize e explore os seus aspectos social, intelectual e o afetivo. Deste modo, é através da Educação Física Adaptada que a educação de pessoas com deficiência surge nas aulas de Educação Física.

Nestas aulas, onde a Educação Física é adaptada, ou seja, as atividades são as mesmas, porém organizadas de forma que todos e todas possam executá-las. São priorizadas as

atividades que diminuam as desigualdades e eleve a autoestima e a autoconfiança destes indivíduos, proporcionando condições para uma inclusão efetiva.

Conforme Bueno e Resa (*apud* GORGATTI, 1995), a Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente.

Desta forma, a Educação Física se justifica na escola, por subsidiar a prática corporal direcionada a vivência de movimentos e o desenvolvimento físico e psíquico do indivíduo. Trata, pois, da cultura corporal, e que se expressa no jogo, na dança, na luta, no esporte e na ginástica. E é a partir desta, que a Educação Física na escola tem a função de educar para compreender, e principalmente, transformar a realidade.

Neste sentido os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) deixam claro que por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria das pessoas com deficiência foram e são excluídas das aulas de Educação Física. Contudo, a participação nas aulas pode trazer muitos benefícios a essas pessoas particularmente, no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, a integração e inserção social (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997).

### **3. EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

O avanço da educação especial brasileira foi muito dependente de organizações e entidades filantrópicas da sociedade. Porém para Bueno (1993) citado por Lima (2005), estas também contribuíram bastante para que a deficiência continuasse no meio da caridade pública, impedindo que as necessidades fundamentais fossem incorporadas aos direitos da cidadania.

Em 1976, a ONU proclamou o ano de 1981 como o Ano Internacional para as Pessoas com Deficiência. Este foi um marco importante, segundo Lima (2005), pois é a partir daí que o Brasil começa a se mobilizar para organizar formas de soluções para essa problemática social.

Outro documento importante é a Declaração Mundial de Educação para Todos, construído na Tailândia em 1990, um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, promovida pelas Nações Unidas para a educação, ciência e cultura (UNESCO), fundação das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. O objetivo era traçar ações concretas para mudar até 2000 a situação do analfabetismo, incluindo a situação das pessoas com necessidades educacionais especiais (ROSSETO, 2009).

E é também quando estas discussões passam a ter um âmbito internacional, como por exemplo, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, na Espanha em 1994, cujas discussões deram origem ao documento Declaração de Salamanca, o qual diz respeito aos princípios política e prática em Educação Especial, sendo o objetivo central propor linhas de ação em educação especial, dentro da política de uma escola inclusiva.

Em relação a esta trajetória histórica da educação especial, ainda destaca-se o documento: Política Nacional de Educação Especial (MEC, 1994). Por meio deste documento, o Ministério da Educação estabelece como diretrizes da Educação Especial, apoiar o sistema regular de ensino para a inserção de pessoas com deficiência, e dar prioridade ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração, entre outras exigências (MEC/SEED, 1994).

Assim, o governo brasileiro iniciou várias ações em benefício das pessoas com deficiência, através dos ministérios relacionados à saúde, educação, trabalho assistência social e outros, e em 1984 buscou definir prioridades por áreas de atuação, quando cria programas de Educação Física para pessoas com deficiência.

A ideia de pessoas deficientes praticarem esportes chegou ao Brasil em 1958, quando alguns deficientes físicos voltaram dos Estados Unidos após participarem de esportes adaptados. Com isso surgiram as primeiras instituições voltadas para pessoas com deficiências, segundo Lima (2005), em 1854 foi criado o Instituto dos Meninos Cegos, o que originou no Brasil o atual Instituto Benjamim Constant.

Assim, em 1986, é constituída uma comissão de Especialistas em Educação Física, juntamente com a Secretaria de Ensino Superior, que formou um grupo de trabalho para consolidar todos os estudos, relatórios e documentos contendo críticas e sugestões sobre a questão.

No ano seguinte, ocorre um encontro promovido pelo subprograma de capacitação de recursos humanos na Educação Física para o ensino especial da SEED/MEC, no qual foi acordada a ampliação do subprograma além da continuidade dos cursos de treinamento, atualização e os de especialização. Ocorrendo ainda um acordo com as Instituições de Ensino Superior (IES) para a inclusão da disciplina Educação Física Especial na graduação dos cursos de Educação Física (LIMA, 2005).

A partir deste contexto professores de Educação Física e interessados iniciaram um processo de discussões técnicas e científicas, com objetivo de trocar experiências e ampliar os conhecimentos adquiridos, muitas vezes, de forma empírica, por meio de ensaio e erro. A

implantação da disciplina Educação Física Adaptada efetiva-se oficialmente nos cursos de graduação em Educação Física (LIMA, 2005, p. 34).

A Resolução 03/87, que obriga a disciplina Educação Física Adaptada no quadro curricular dos cursos de Educação Física, representou um marco divisor, pois trouxe à luz do currículo discussões referentes à pessoa com deficiência para os conhecimentos produzidos na área isto só foi possível por conta de uma matriz humanista que ganhou destaque juntamente com as reflexões no campo educacional (SILVA, 2005).

Na educação a inclusão se tornou um debate frequente, porém uma das questões centrais para garantir o acesso e permanência das pessoas com deficiência na escola é justamente uma boa formação docente, sobre o papel do professor no desenvolvimento do trabalho pedagógico respeitando a peculiaridade de cada aluno e considerando que o professor é um sujeito ativo na estruturação do conhecimento.

Neste sentido, Vygotsky citado por Souza (2006) diz que as condições de desenvolvimento da criança com deficiência são as mesmas em relação a de uma criança sem deficiência, sendo possível que com uma educação acessível e de qualidade todas elas alcancem as suas potencialidades e conseqüentemente se tornem pessoas úteis e participantes da sociedade. Para isto é necessário ressaltar que os propósitos na educação são a imagem “da concepção social do ensino e da aprendizagem e da concepção social do ensino voltado para a diversidade” (p. 27).

Contudo, no capitalismo os educadores produzem capital indiretamente, através do conhecimento. Porém, este mesmo conhecimento pode servir para manter e/ou desenvolver este sistema, mas por outro lado, pode também questioná-lo, proporcionando o debate e sua possível transformação e superação (LOPES, 2005. p. 66).

Diante disto, Pimenta (2005), concebe que se deve esperar das licenciaturas, o desenvolvimento, habilidades, atitudes e valores que possibilitem aos estudantes construir continuamente seus saberes-fazer docentes diante dos desafios do cotidiano, tendo o ensino como prática social. Afirma,

Espera-se, pois, que mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva neles a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, construir e transformarem os seus saberes-fazer docentes, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores (PIMENTA, 2005. p. 18).

Portanto, é necessária uma preparação básica adequada onde sejam oportunizadas ao futuro professor, estratégias para aprimorar seu trabalho com todos os alunos dando respostas

adequadas nas situações do cotidiano escolar, evitando assim, que os professores que saiam de cursos de licenciatura obtenham (in) formação sobre os alunos com deficiência somente quando encontrá-los na sala de aula (TORRES GONZÁLEZ, 2002). Nesta mesma perspectiva, Ferreira & Guimarães (2003, p. 116), afirmam:

A inclusão impõe uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita àqueles que apresentam deficiências, mas se estende a qualquer aluno que manifeste dificuldades na escola, ainda que contribuindo para o crescimento e desenvolvimento de todos – professores, alunos e pessoal administrativo.

Para isso “a formação inicial do professor deve durar toda a sua vida profissional” (TORRES GONZÁLEZ, 2002, p. 245). E por isto, os professores formadores tem um grande e complicado desafio: permitir ao professor em formação ideias e valores que priorizem a transformação, pois segundo o autor mencionado, o receio e o desinteresse que os professores apresentam em relação a aulas para alunos que tenham deficiência, geralmente está ligada à falta de preparo e/ou experiência. O autor diz:

Qualquer aluno que sendo formado para ser professor deveria receber uma adequada preparação básica, que lhe proporcionasse algumas estratégias para desenvolver seu trabalho com alunos que apresentam necessidades específicas de modo a poder oferecer-lhes respostas adequadas em situações cotidianas. Os objetivos da formação inicial deverão incluir dimensões relativas aos conhecimentos, destrezas, habilidades e atitudes relacionadas aos processos de atenção à diversidade dos alunos (TORRES GONZÁLEZ, 2002, p. 245).

Neste sentido, é fundamental que se formem professores como pessoas que se sintam responsáveis pelo desenvolvimento do aluno e que principalmente sejam reflexivos a respeito do seu ensino, observando o contexto social, político e cultural deste.

Neste cenário, devemos destacar que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os alunos com deficiência devem, preferencialmente, estudar em escola de ensino regular<sup>2</sup>. Diante disto e de todo contexto acima, não podemos deixar fora desta discussão o processo de inclusão destes alunos na escola, considerando que professores bem preparados para lidar com esta situação são atores responsáveis para garantir a inclusão na sala de aula, uma vez que este aluno já se encontra na escola. Sobre o que vem a ser inclusão, Duboc (2006) nos esclarece que:

Embora não haja uma definição única, inclusão é comumente entendida como a participação de qualquer pessoa, sem exceção, da vida acadêmica a qual

<sup>2</sup> No que diz respeito ao debate da inclusão existem autores que defendem que os alunos com deficiência devem ser matriculados em escolas especializadas, acreditando que estas oferecem melhor atendimento, visto que são voltadas para o modelo médico da deficiência, desconsiderando as potencialidades da pessoa com deficiência e os benefícios da interação social.

deve ser desenvolvida através de um trabalho pedagógico que atenda a todos, indiscriminadamente (p. 18).

Desse modo, é mister a compreensão de uma formação de professores que esteja estruturada numa concepção ampla, e não fragmentada, de educação, compreendendo a diversidade e sabendo lidar com ela sem preconceito, discriminação, indiferença ou até mesmo compaixão. O professor deve ser preparado de forma a entender a realidade posta e refletir criticamente, buscando transformá-la, pois segundo Brandão (2007), a educação hoje legitima a desigualdade que ela própria deveria destruir: “afirmar como ideia o que nega como prática é o que move o mecanismo da educação autoritária na sociedade desigual” (BRANDÃO, 2007.p. 97).

## CONSIDERAÇÕES

Encerrando sem finalizar, este trabalho permitiu discutir a sociedade em que vivemos, os seus interesses na educação e principalmente, os aspectos da trajetória da Educação Especial estabelecendo relação com a Educação Física, e como esta se desenrola nas aulas desta disciplina. Levando-se em consideração o fato de as leis e documentos assegurarem o direito à educação, inclusive a Educação Física, e a inclusão escolar a todos e todas, considerando como aspecto relevante uma formação de professores ampla e qualificada que eleve TODOS os alunos a outro patamar. Percebemos que ainda há muito a ser produzido no tocante a este tema uma vez que tais documentos são pouco colocados em prática na realidade social. Portanto, esse tema é de grande relevância e precisa ser debatido e socializado. Neste sentido, o presente artigo torna-se apenas uma aproximação inicial, com intuito de fomentar novas contribuições.

## Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, nº 20).

BRASIL MEC; SEDES; SESI-DN, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DUBOC, Maria José Oliveria. **Educação, educação especial e inclusão**: estabelecendo relações e conexões. In: Marilda Carneiro Santos; Isa Maria Carneiro Gonçalves; Solange Lucas Ribeiro (Orgs). **Educação Inclusiva em Foco**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2006.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. **Atividade Física Adaptada**. Barueri - Sp: Manole, 2005.  
LIMA, Sonia Maria Toyoshima. **Educação Física Adaptada: proposta de ação metodológica para formação universitária**. Tese de doutorado – Faculdade de Educação Física da UNICAMP – Campinas, São Paulo, 2005.

LOPES, Regina Maria G. Pereira. **Concepções pedagógicas e emancipação humana: um estudo crítico**. In: Selma Garrido Pimenta (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Paz e terra, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares – São Paulo: Boitempo, 2005.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. 2004. 399 f. Tese (Doutorado em educação) – Programa de pós-graduação em educação, Universidade Fluminense: educação e trabalho, Niterói, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: Selma Garrido Pimenta (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2005.

POCHMANN, Márcio. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. 2000. Disponível em: <<http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>> Acesso em 20/11/2007.

ROSSETTO, E. **Processo de Inclusão: um grande desafio para o século XXI**. Disponível em: [www2.uepa.br/inedta/Arquivos/INCLUS\\_O\\_UM\\_GRANDE\\_DESAFIO.pdf](http://www2.uepa.br/inedta/Arquivos/INCLUS_O_UM_GRANDE_DESAFIO.pdf). Acesso em 29 de Novembro de 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, Rita de Fátima da. **A Ação do Professor de Ensino Superior na educação Física Adaptada: construção mediada pelos aspectos dos contextos históricos, políticos e sociais**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação Física – UNICAMP, São Paulo, 2005.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOUZA, Lucimêre Rodrigues. A prática docente em atenção à diversidade: reflexões sobre a práxis educativa. In: Marilda Carneiro Santos; Isa Maria Carneiro Gonçalves; Solange Lucas Ribeiro (Orgs). **Educação Inclusiva em Foco**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2006.

TORRES GONZÁLEZ, José Antônio. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Tradução Ernani Rosa – Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002. p. 242-259.